PARANÁ ( ESTADO ) PRESIDENTE
( FRANCISCO XAVIER DA SILVA )
MENSAGEM ... 1º DE FEVEREIRO DE 1904.
ESTADO DO PARANÁ

MENSAGEM

apresentada pelo

Exmo. Sr. Dr. Francisco Xavier da Silva

GOVERNADOR DO ESTADO

Ao CONGRESO LEGISLATIVO

Na 1.ª Sessão Ordinaria da 7.ª Legislatura, em 1.º de Fevereiro

DE

1904

1904

Typ d'A Republica

RUA QUINZE DE NOVEMBRO N. 92

CURYTIBA
MENSAGEM

Senhores Deputados ao Congresso Legislativo

Ao comparecer, pela última vez, à vossa presença para, nos termos do preceito constitucional, dar-vos conta dos negócios públicos, cumpri, antes de tudo, o dever de vós saudar mui respeitosamente, congratulando-me com os Paranaenses pelo auspicioso facto da vossa reunião em primeira sessão ordinária da presente legislatura, em que tendes de deliberar acerca dos altos interesses do Estado.

Dentro de poucos dias terei de volver à obscurredade da vida privada, levando a satisfação que me advêm; não só do facto de ter decorrido em calma e plena tranquillidade o quatrienio durante o qual tive a responsabilidade da administração do Estado, como de haver governado com o meu partido, e, por isso mesmo, seni jamais antepôr o interesse individual ao interesse publico, e sem deixar de respeitar as garantias constitucionaes e direitos dos meus concidadãos.

Em mensagem que tive a honra de apresentar ao Congresso Legislativo em 1902, eu disse: «firmado no paiz o regimen republicanó, asseguradas á comunidade paranaense todas as garantias de justiça e liberdade, supremo bem social, poderemos, sob o influxo do periodo de paz e tolerancia que estamos atravessando, congregar, com o espírito despreocupado de estereis rivalidades e de quaesquer apprehensões, os nossos esforços com o pensamento elevado de collaboração commun a bem do progresso do Estado. O Paraná ofereço vasto campo ao trabalho em todas as suas manifestações, podendo produzir tudo quanto é necessario ao homem». 
O meu anhelo não foi em vão.

O nosso progredir tem sido sempre constante.

A Exposição que se inaugurou nesta Capital, no dia 19 de Dezembro do ano anterior, promovida pela Sociedade de Agricultura, com auxílio do Estado e concurso dos municípios e dos industriais, para solemnizar o quinquagesimo aniversario da instalação da ex-Provincia, hoje Estado do Paraná, veio pôr em evidência a pujança da capacidade productora de industrias diversas em plena actividade, e a existencia de riquezas naturaes, cuja exploração ha de concorrer immensamente para activar o nosso desenvolvimento e progresso.

Me é muito grato poder afirmar-vos que a nossa situacao economico é assaz distinge; as fontes da nossa receita têm correspondido ás previsões legislativas, permitindo ao Tesouro satisfazer com pontualidade ao pagamento de todo o serviço orçamentario.

A partir disso, anos ha que nenhuma molestia de caracter epidemiico tem se manifestado no Estado, conservando-se em excellentes condições a saúde publica.

Dadas estas informações sobre a situacao geral do Estado, passo, em exposição succinta, a prestar-vos esclarecimentos sobre cada um dos ramos do serviço publico.

Continua pendente de decisão do Supremo Tribunal Federal, a questao de limites com o Estado de Santa Catharina.

Já arraocada por ambas as partes a causa segue os seus termos legaes.

Parece que, infelizmente, não sera somente para o lado de Sueste que os nossos limites sao contestados.

O Estado de S. Paulo não considera bem delineadas as suas fronteiras com o Estado do Paraná, a partir da cabeceira do rio Itararé e costa maritima.

Em 1839 se deram os primeiros conflictos entre autoridades do distrito Arraial Queimado, hoje municipio de Bocayuva, e autoridades da villa de Apiahy, Estado de S. Paulo, motivados pelo facto de haverem estas penetrado no territorio que fica a margem direita do rio da Ribeira, repetindo-se nos annos de 1879, 1881, 1885, 1895, 1896, 1899, 1902 e 1903, sempre com protestos e reclamações do governo do Paraná.

Em 20 de Junho de 1902 o Presidente de S. Paulo me comunificou que havia mandado uma commissão de engenheiros, afim de proceder a estudos e levantamento do territorio que considera contestado, declarando-me que desejava que com ella collaborasse um engenheiro por parte do Paraná.

O governo para isso nomeou o Dr. Candido Ferreira de Abreu,
que apresentou um memorial dos seus trabalhos e planta da zona contestada.

O governo tem tratado de reunir documentos que provam que a alludida zona fazia parte da antiga 5.ª Comarca de S. Paulo, cujo território pelas suas divisas, nos termos da lei n.º 704 de 29 de Agosto de 1853, passou a constituir a Província, hoje Estado do Paraná.

No dia 18 de Fevereiro do ano anterior realizou-se no Estado a eleição de Vice-Presidente da República, d'um Senador, para renação do terço e de quatro Deputados ao Congresso Nacional; no dia 24 de Agosto do mesmo anno a eleição em que vós foi conferido o elevado mandato que estais desempenhando, e, conjuntamente, a eleição de Governador, 1.º e 2.º Vice-Governadores do Estado, para o período a decorrer de 25 de Fevereiro de 1904 a 25 de Fevereiro de 1908, sendo eleitos para o 1.º dos ditos cargos o Dr. Vicente Machado da Silva Lima, e para os 2.ºs o Dr. João Candido Ferreira e Coronel Manoel Bonifácio Carneiro, cujos poderes pendem do vosso reconhecimento.

As referidas eleições correram pacificamente e com inteira liberdade.

Nenhuma alteração se deu no pessoal do Superior Tribunal de Justiça.

Achámos-se providas de juízes de direito formados todas as Comarcas, e de juízes municipaes os Termos, com excepção dos de Jaguaryahibe, Imbituba e União da Victoria, em que estão servindo os respectivos suplentes.

A despeito do dispositivo constitucional e da lei n.º 322 de 8 de Maio de 1899, que instituíram as correições em todas as Comarcas, nenhum juiz de direito as fez, allegingo não estar esta matéria regulamentada.

A publicação do regulamento n.º 213 de 3 de Setembro de 1903 fez cessar a arguida lacuna.

Continua a se fazer sentir a falta da codificação das leis processuais prometida pelo artigo 80 da Constituição, afim de manter a unidade da jurisprudência, reduzir as formalidades do processo, diminuir os prazos e ampliar os recursos, tanto quanto for compatível com a nossa organização judiciaria.

Desde o inicio do actual periodo governamental está exercendo o cargo de Chefe de Polícia o honrado magistrado Dr. João Baptista da Costa Carvalho, que tem desempenhado as suas funções com lealdade, dedicação e inexcusável zelo, convindo salientar, mais uma vez, o exito das diligencias que empregou para a descoberta do fa-
brico de moca falsa, prisão dos delinquentes, coadjuvando assim muito efficazmente a justiça federal à repressão d'este crime.

O Regimento de Segurança acha-se regularmente organizado. O seu efectivo é o fixado pela lei n. 490 de 7 de Março de 1903. Acha-se bem fardado e tem o necessário armamento.

Aprecie, nesta ocasião, dar testemunho dos reaes e bons serviços que o Regimento ha prestado à manutenção da ordem e segurança publicas, e louvar o seu comandante, coronel Joaquim Antonio de Azvedo, pelo esmero com que desempenha os seus deveres, pela disciplina e asseio que conserva no quartel e pelos melhoramentos que n'elle ha introduzido a bem da hygiene e conforto dos seus commandados.

A Santa Casa de Misericórdia continua a prestar inestimáveis serviços aos enfermos e desvalidos que se acolhem ao seu amparo e protecção.

Os médicos, que têm á seu cargo o serviço hospitalar, se recomendam pelo seu espírito de caridade e perícia que têm revelado em operações de alta cirurgia.

Por esforços e dedicação da comissão composta de Monseñhor Alberto José Gonsalves e dos cidadãos coronel Joaquim Monteiro de Carvalho e Silva, Jose Fernandes Loureiro, Dr. Lino de Oliveira Ramos e Manoel Martins de Abreu, foram levadas a conclusão as obras de uma parte do Hospício de alienados, sob a denominação —Nossa Senhora da Luz,— vasto edifício construído com todas as condições hygienicas, que vem satisfazer perfeitamente o fim a que é destinado. É uma secção da Santa Casa de Misericórdia.

Foi inaugurado no dia 24 de Março do anno anterior, sendo, desde logo, para elle transferidos os alienados que se achavam recolhidos na Santa Casa.

Actualmente acham-se alli internados 61 loucos e 10 indígenes. O serviço interno está aos cuidados de dedicadas irmãs de S. José.

Prestando amparo a alienados e desvalidos, que lhe vêm ou podem vir de todos os pontos do Estado, esta instituição de caridade é merecedora de continuar a receber a subvenção que lhe tem sido consignada na lei do orçamento.

O governo tem prestado cuidadosa atenção ao ensino publico. Funcionaram no anno próximo findo 198 escolas de
instrução primária, sendo 55 para o sexo masculino, 29 para o feminino e 114 promessas.

A regência de mais de dois terços das escolas existentes está à cargo de professoras.

No ano lectivo de 1903 matricularam-se nas escolas públicas 8441 alunos, sendo 4748 do sexo masculino e 3693 do sexo feminino, e matricularam-se nos colegios e escolas particulares da Capital e outras localidades, 3288, elevando-se a 11.729 o numero total da população escolar.

Distribuído este numero pela população do Estado, que é computada em 400.000 almas, cabe um aluno para 34 habitantes, o que equivale dizer que de 100 habitantes, 3 muito aproximadamente receberam instrução naquelle ano lectivo.

Acham-se vagas 150 escolas, que não têm sido providas por falta de verba no orçamento para ocorrer ao pagamento das respetivas despesas.

Continúa a falta de casas escolares.

Na Capital funcionam em próprios do Estado as escolas Tiradentes, Carvalho e Oliveira Bello, cada uma com duas cadeiras, sendo as da 1.ª e 2.ª para o sexo feminino, e as da 3.ª para o masculino. não falando do predio em construção na rua Marechal Floriano Peixoto, destinado a um grupo escolar, que, espero, será brevemente inaugurado.

São tão intuitivas as vantagens do ensino agrupado que, acredito, julgareis conveniente decretar que, gradativamente, de acordo com os nossos recursos, outros predios para elle apropriados se vão construindo na Capital e cidades mais importantes, confiando-se a regencia das cadeiras de cada grupo á professores normalistas, e a sua fiscalização á inspectores convenientemente remunerados.

Funcionou com numero de lentes efectivos o Gymnasio Paranense, destinado a ministrar o ensino secundario necessario para a matricula dos cursos superiores da Republica.

No anno lectivo de 1903 frequentaram este instituto 97 alunos.

A matricula da Escola Normal, destinada a preparar professores para o ensino primario, no ultimo quinquennio consta do quadro seguinte:
| ANOS | Sexo masculino | | | | Sexo feminino | | | | | | | | | Total geral |
|------|----------------|----------------|-------------|----------------|----------------|----------------|-------------|----------------|----------------|
| 1899 | 1              | 1              | total 2     | 13             | 10             | 7              | total 30     | 32             | total 32       |
| 1900 | 9              | -              | total 10    | 9              | 7              | 5              | total 21     | 31             | total 31       |
| 1901 | 9              | 1              | total 10    | 13             | 9              | 3              | total 25     | 35             | total 35       |
| 1902 | 6              | 7              | total 13    | 26             | 17             | 8              | total 41     | 66             | total 66       |
| 1903 | 8              | 4              | total 12    | 42             | 24             | 14             | total 80     | 96             | total 96       |

A matrícula do ano lectivo de 1903 é a mais elevada que tem tido este instituto desde a sua fundação, revelando-se notar que, sendo de 96 alunos, 80 são do sexo feminino.

A confiança que este estabelecimento de ensino inspira às famílias deve ser atribuída à disciplina, ordem e respeito que nela são mantidos pelo respectivo inspector, e à constante fiscalização do director geral.

Em Dezembro do mesmo ano lectivo concluíram o curso normal 4 alunos, e outros, que frequentaram o 3º ano, deixaram de fazer exames nesse mes, para prestal-os na 2ª época, Março entrante, como faculta o Regulamento.

Em seu Relatório indica o director geral do ensino, como necessário, a criação do cargo de uma inspectoria das alunas da Escola Normal, com a obrigação de permanecer nesse estabelecimento durante as horas dos exercícios escolares, podendo acumular as respectivas funções, com uma gratificação razonável, à professora de prendas.

Tem o governo prosseguido na execução do seu plano de extender, tanto quanto possível, a rede da viação pública, e dar impulso a outros melhoramentos materiais.

Passo a relatar-vos resumidamente os serviços realizados pela Secretaria das Obras Publicas.

Em Junho do anno anterior ficou concluída a última secção da estrada de Ponta Grossa à cidade de Guarapuava.

Acha-se, pois, a Capital do Estado ligada a esta importante cidade e seu município, por estrada de rodagem com o desenvolvimento de 318 quilómetros, atravessando zonas muito povoadas, e produtoras.

Teve andamento a abertura da estrada do Ourinh, faltando apenas 3 quilómetros para chegar à villa de Thomazina, onde se ligará à estrada que vem à villa do Pirahy, ponto servido pela estrada de ferro S. Paulo-Rio Grande.
No mez anterior ficou concluída, sendo entregue ao transito público, a estrada de rodagem que da Capital segue para a cidade do Serro Azul, com a extensão de 102 quilômetros.

Foi reconstruída a estrada da importante colônia Lucena à cidade do Rio Negro, com 41 quilômetros, assim como a estrada da cidade da Palmeira à S. Matheus com 63 quilômetros.

Semelhantemente foram reconstruídas as estradas de S. José dos Pinhaes, do Tietê ao Campestre, da Piedade à Paranaguá e do Curralinho à Deodoro. Nas estradas de Guaraúva, Ourinhos, Serro Azul e S. Matheus, foram construídas as necessárias pontes, assim como uma sobre o rio Barra Mansa, na estrada de Jaguariyabiva à S. José da Boa Vista e duas sobre os rios Capivary-assú e Capivary-mirim, no município de Campina Grande.

Esta em construção uma ponte sobre o rio Jaguariyabiva, na estrada que da villa de Jaguariyabiva segue para a barreira do Ithararé.

A construção das aludidas estradas, menos a do Ourinhos, foi feita por colonos, recebendo elles em pagamento do seu trabalho os títulos definitivos dos seus lotes, que estavam devendo ao Estado.

Acham-se em conservação permanente diversas estradas com o desenvolvimento de 694 quilômetros.

Não deixou a Secretaria das Obras Publicas de atender a outros melhoramentos materiais.

Assim, acha-se em construção, muito adiantada, quasi a terminar, na rua Borges de Macedo, o edifício destinado ao Gymnasio Paranaense e Escola Normal.

E um sobrado de vastos compartimentos em que estes dois institutos poderão funcionar inteiramente separado um do outro.

No predio sito à rua Marechal Floriano Peixoto, adquirido pelo governo em hasta pública, foram feitas as obras necessárias para adaptal-o ao funcionamento das repartições publicas, que aliás para elle já foram transferidas, a saber: a Secretaria do Interior, das Obras Publicas, Repartição Central de polícia, Superior Tribunal de Justiça, tribunais de 1.ª instancia, tribunal do júry, repartição de hygiene e Junta comercial.

No mencionado predio existem salas para escritorios de advogados, solicitadores e escriváes. Na mesma rua Marechal Floriano Peixoto, em terrenos annexos às Secretarias de Estado, está em construção um predio destinado a um grupo escolar.

Proseguiu com regularidade o serviço de medição de terras sujeitas a revalidação e legitimação.

Existem em diversos núcleos coloniais e outros pontos, lotes medidos e demarcados, que poderão ser distribuídos a immiigrantes que vierem se estabelecer no Estado.

No anno de 1903 a Secretaria das Obras Publicas expedio 178 títulos de legitimação de terras com a área de 1.009,178,436 metros quadrados, pagando os posseiros Rs. 54.712$700 de emolumentos,
multas e excesso de área; e 32 títulos de venda de terras devolutas com a área de 412.329,318 metros quadrados que produziram Rs. 155.541.142.

Como reflexo da nossa situação econômica, o movimento financeiro, no exercício de 1902—1903, se manifesta em condições lisonjeiras.

A receita para o mencionado exercício foi orçada em Rs. 2.759.740.292, e a sua arrecadação produziu Rs. 3.145.072.821, ou mais Rs. 385.332.529.

A receita extraordinária montou a Rs. 1.372.940.487, mas, deduzindo-se Rs. 650.152.938, de suprimento do caixa de 1901—1902 e mais Rs. 628.319.513 do saldo desse exercício, ou seja, Rs. 1.275.472.546, a receita desce à Rs. 944.775.041, somma que reunida a receita ordinária de 3.145.072.821 eleva a receita geral a Rs. 3.329.347.362.

Comparada com a orçada, que é de Rs. 2.759.740.292, se verifica a diferença de Rs. 479.809.370 para mais daquela sobre esta.

A receita extraordinária, que é assim computada na receita geral, provém de depósitos na importância de Rs. 344.775.041, e de benefícios de loterias no valor de Rs. 60.000.000, como demonstra o balanço.

A despesa ordinária foi fixada em quantia igual a da receita orçada, isto é, em Rs. 2.759.740.292, e a realmente efectuada eleva-se a Rs. 4.518.022.108; mas, deduzindo-se Rs. 650.152.938, de suprimento do caixa de 1903—1904 e o saldo de Rs. 385.160.454 que passou para este exercício, ou seja, o total de Rs. 449.818.387, a despesa geral fica reduzida a Rs. 4.068.203.842, e comparada com a despesa fixada em Rs. 2.759.740.292, se verifica a diferença para mais daquela sobre esta de Rs. 1.308.463.129.

Agora, comparada a receita arrecadada no valor de Rs. 3.329.347.362 com a despesa efectuada na importância de Rs. 4.068.203.842, resulta a diferença para mais desta sobre aquella de Rs. 828.653.759 com que se encerrou o exercício.

Neste excesso da despesa geral de Rs. 828.653.759 está computada a quantia de Rs. 662.664.147 aplicada ao pagamento de exércicios findos, para os quais a lei do orçamento consignou apenas Rs. 40.000.000, e a quantia restante de Rs. 165.989.612 representa créditos extraordinários que o poder executivo se viu obrigado a abrir para o suprimento de verbas insuficientes, apezar de reconhecer, como o tem feito sentir em mensagens anteriores, que este recurso pernicioso, porque sendo os créditos supplementares retirados da própria receita, que ordinariamente é toda distribuída pelas rubricas da despesa, e nem sempre a sua arrecadação corresponde às previsões
### Demonstração da receita

<table>
<thead>
<tr>
<th>Artigo</th>
<th>Descrição</th>
<th>Ouçada</th>
<th>Arrecadada</th>
<th>Para Mais</th>
<th>Para Menos</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>1</td>
<td>Liquidos espirituosos</td>
<td>57.261.818</td>
<td>46.106.810</td>
<td>2.900.860</td>
<td>4.155.084</td>
</tr>
<tr>
<td>2</td>
<td>Polvera e armas de fogo</td>
<td>3.399.400</td>
<td>3.900.000</td>
<td>3.900.000</td>
<td>5.098.382</td>
</tr>
<tr>
<td>4</td>
<td>Imposto sobre animais</td>
<td>80.176.430</td>
<td>57.298.990</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>5</td>
<td>gado exportado</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>6</td>
<td>Industrias e profissões</td>
<td>200.000.000</td>
<td>161.893.766</td>
<td>10.107.970</td>
<td>3.151.310</td>
</tr>
<tr>
<td>7</td>
<td>5% sobre demandas</td>
<td>5.110.483</td>
<td>5.583.713</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>8</td>
<td>Transmissões de propriedades</td>
<td>176.958.786</td>
<td>187.066.750</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>9</td>
<td>Exportações diversas</td>
<td>45.898.228</td>
<td>49.010.568</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>11</td>
<td>10% adicionais</td>
<td>55.898.104</td>
<td>57.020.859</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>12</td>
<td>Taxa das barreiras</td>
<td>58.704.828</td>
<td>84.558.086</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>13</td>
<td>Sal para consumo</td>
<td>50.904.122</td>
<td>55.924.809</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>14</td>
<td>Sellos etc</td>
<td>298.993.037</td>
<td>219.952.370</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>15</td>
<td>Patente commercial</td>
<td>550.000.000</td>
<td>557.876.839</td>
<td>24.148.297</td>
<td>79.045.767</td>
</tr>
<tr>
<td>16</td>
<td>Exportação de herança filial</td>
<td>850.000.000</td>
<td>1.274.288.917</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>17</td>
<td>Concessões e privilegios</td>
<td>3.000.000</td>
<td>2.000.000</td>
<td>1.000.000</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>18</td>
<td>Sobre invermadas</td>
<td>1.693.418</td>
<td>1.693.418</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>19</td>
<td>Divida activa</td>
<td>26.808.382</td>
<td>25.670.576</td>
<td>1.637.818</td>
<td>2.726.398</td>
</tr>
<tr>
<td>20</td>
<td>Divida colonial</td>
<td>75.925.399</td>
<td>75.978.177</td>
<td>33.188.662</td>
<td>33.188.662</td>
</tr>
<tr>
<td>21</td>
<td>Fretes e passagens</td>
<td>174.385.229</td>
<td>199.100.070</td>
<td>24.808.841</td>
<td>3.497.820</td>
</tr>
<tr>
<td>23</td>
<td>Empresúnto de dinheiro de orfãos</td>
<td>32.116.361</td>
<td>11.810.407</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>24</td>
<td>Taxa escolar</td>
<td>30.000.000</td>
<td>11.502.824</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>25</td>
<td>Imposto de propaganda</td>
<td>8</td>
<td>46.964.370</td>
<td>46.964.370</td>
<td>18.487.576</td>
</tr>
</tbody>
</table>

**EXTRAORDINARIA**: De Depositos
- De benefício de loterias 34.747.804
- De supr.º da Caixa de 1901—1902 650.163.976
- De saldo do exercício anterior 623.310.513

4.518.928.108
Pelo seu exame se verifica que a arrecadação do imposto sobre a herba mate, principal factor da receita, no exercício de 1902—1903, produziu mais Rs. 424:238:917 do que o orçado, tendo também produzido mais Rs. 245:101:049 no exercício anterior.

A sua arrecadação continua a ser feita com toda a regularidade.

O imposto de patente comercial, orçado em Rs. 550:000:000, produziu Rs. 557:873:832.

Os impostos sobre animaes exportados, transmissão de propriedade, fretes e passagens, produziram respectivamente mais Rs. 57:118:860, Rs. 10:107:970, Rs. 24:303:841.

No quadro sob n. 1, anexo ao Relatorio do Srn. Secretario de Financas, está mencionado o movimento da exportação no exercício de 1902—1903, com declaração dos produtos que são isentos de impostos, como os da lavoura, vinhos, lacticinios e outros.

Por esse quadro se verifica que já é apreciável o movimento da exportação de madeiras, principalmente do pinho.

Pelas portas de Paranaguá e de Antonina, nesse exercício, sahiram 269:477 peças de madeiras no valor oficial de Rs. 375:356:092, e 10,746 volumes de taboinhas para caixas, no valor de Rs. 43:633:590.

Tem sido feito rigorosamente em dia o serviço da amortização e pagamento de juros da dívida ao Banco União de S. Paulo.

Semelhantemente, tem o Tesouro atendido com pontualidade ao resgate e juros dos títulos da dívida interna.

As apólices da 2.ª emissão ficarão resgatadas logo em seguida ao sorteio dos últimos títulos, no valor de Rs. 12:500:000, que se efectuará no dia 29 do corrente.

Foram feitos três sorteios das apólices da 3.ª emissão, sendo resgatados os títulos e pagos os juros, na importância total de Rs. 364:551:856, até 31 de Dezembro último.

A immensa extensão das nossas fronteiras ao Norte e Sul é um serio embaraço à arrecadação dos impostos sobre os nossos produtos que por elles sahem.

Na fronteira com o Estado de S. Paulo, ao longo dos rios Itaara-ré e Paranapanema, mantemos diversas agencias fiscaes, cujo numero tende a augmentar, à proporção que novos portos ou passes se forem abrindo nesses rios para o desvio de mercadorias, como tem succedido.
Está funcionando regularmente a comissão arrecadadora estabelecida na foz do Iguassú.

São estas, Senhores Deputados, as informações que me cumpre prestar-vos sobre o movimento dos negócios públicos. As lacunas de que, porventura, se resente, serão supridas pelos dados que encontrareis nos Relatórios dos Senhores Secretários de Estado, ou pelos esclarecimentos que, exigidos, vós serão promptamente ministrados.

Cumpro o dever de nesta ocasião manifestar ao Congresso Legislativo a minha mais profunda gratidão pela confiança com que se dignou honrar-me, a qual procuro corresponder, executando fielmente as medidas que, no uso de suas prerrogativas constitucionais, decretou a bem da comunidade paranaense.

Igualmente, me é muito grato consignar aqui o meu cordial reconhecimento ao Senhores Dr. Octávio Ferreira do Amaral e Silva, Secretário do Interior, Dr. Antônio Augusto de Carvalho Chaves, Secretário de Finanças, Dr. Arthur Pedreira de Cerqueira, Secretário das Obras Públicas, Dr. João Baptista da Costa Carvalho Filho, Chefe de Policia, pela lealdade e comprovada competência com que, sem desfalecimento, no seu posto prestaram inestimáveis serviços ao Estado, e a mim esforçada e eficaz cooperação, desde o início do período governamental até hoje, quasi em vésperas do seu termo.

Ao terminar, experimento viva satisfação em felicitar o Paraná pela eleição do eminente cidadão que no futuro quatriénio vai dirigir os seus destinos. O reconhecido talento e acrisolado patriotismo de sua Exa. são seguro penhor de que a sua administração será fecunda de benefícios ao Estado.

Com os meus respeitosos cumprimentos, apresento vos as seguranças da minha alta estima.

Palácio do Governo do Estado do Paraná, em Curitiba, 1º de Fevereiro de 1904.

Francisco Xavier da Silva.